

MOVIMENTOS SOCIAIS E EDUCAÇÃO AMBIENTAL: CONTRIBUIÇÕES PARA UMA APROXIMAÇÃO NECESSÁRIA

SERRÃO, Mônica Armond - monarmond@hotmail.com

Resumo: O presente trabalho apresenta os Movimentos Sociais como a principal forma de reação ao modelo de desenvolvimento vigente, uma vez que se configuram como uma expressão do descontentamento de setores sociais que se percebem prejudicados do ponto de vista econômico, ambiental e cultural. Discute o que está na base da formação dos Movimentos Sociais e o que motiva a sua existência, além de abordar o papel dos mediadores e, em especial, da educação ambiental, nesse contexto de extrema desigualdade socioambiental. Ressalta que a educação ambiental, em sua vertente crítica, contribui para o fortalecimento da organização desses grupos sociais e, por conseguinte, para a transformação das relações sociais vigentes no modelo de produção capitalista, por meio do desenvolvimento de processos pedagógicos de caráter emancipatório e participativo, que visam o controle social e a gestão ambiental pública.

Palavras-chave: Movimentos sociais. Educação Ambiental. Transformação social.

Abstract: This paper presents the main social movements as a reaction to the current development model, since it is configured as an expression of discontent from social groups that consider themselves disadvantaged in terms of economic, environmental and cultural. Discusses what underlies the formation of social movements and what motivates their existence, as well as addressing the role of mediators and, in particular, environmental education, in this social and environmental context of extreme inequality. Emphasizes that environmental education, in its critical perspective, helps to strengthening the organization of social groups and therefore to the transformation of current social relations in capitalist production system, through the development of pedagogical processes of participative and emancipatory character aimed at social control and public environmental management.

Keywords: Social movements. Environmental Education. Social transformation.

1. Introdução

O presente trabalho tem como objetivo apresentar o papel dos Movimentos Sociais como uma importante, talvez a principal, forma de reação ao modelo de desenvolvimento vigente. Justamente por se configurarem como uma expressão do descontentamento de setores sociais que se percebem prejudicados do ponto de vista econômico, ambiental e cultural, dimensões constituintes da dinâmica socioespacial dos territórios por eles ocupados.

Busca-se, em um primeiro, discutir o que está na base da formação dos Movimentos Sociais e o que motiva a sua existência, para, em seguida, abordar o papel da mediação e, por conseguinte, da educação ambiental como um instrumento de fortalecimento da organização desses grupos sociais, em um contexto de extrema desigualdade socioambiental.

Nesse sentido, discute-se como os processos de educação ambiental em sua vertente crítica, podem contribuir para a transformação das relações sociais vigentes no modelo de produção capitalista, por meio do desenvolvimento de processos pedagógicos de caráter emancipatório e participativo, que visam o controle social e a gestão ambiental pública.

2. Os movimentos sociais enquanto resistência política

Escobar (apud Bebbington, 2007:31) parte da noção de que nem a modernidade nem o desenvolvimento (seja como for que se definam) deveriam ser vistos como avanços e nem necessariamente como melhorias e que, na medida em que a sociedade os vê assim, isto é um simples reflexo das relações e práticas do poder. Quer dizer, em uma dada sociedade, a definição dominante de desenvolvimento – e, portanto a relação desejada entre desenvolvimento e meio ambiente – não é outra coisa senão um artefato de poder.

Segundo Porto-Gonçalves (1990:134), “desenvolvimento é o nome síntese da ideia de dominação da natureza”. Portanto, a crítica à ideia de desenvolvimento exige que se imaginem outras perspectivas que não as liberais.

Por essa razão, os movimentos sociais se tornam importantes, porque constituem uma forma de contra poder, desafiando os poderes dominantes e abrindo a possibilidade de outro tipo de sociedade baseada em valores distintos. Junto a Escobar, Peet e Watts (apud Bebbington, 2007:32) insistem em que o desenvolvimento não é um processo pré-estabelecido, senão um campo de disputa no qual as relações de poder determinam o que finalmente se aceita como “desenvolvimento”. Para eles, os movimentos sociais podem constituir uma nova forma de atuação humana que oferece maiores possibilidades de se redirecionar o desenvolvimento e promover uma relação desenvolvimento-ambiente mais justa.

Para esses autores, sob certas circunstâncias, essas resistências – e, sobretudo os movimentos sociais – podem mudar as formas de desenvolvimento territorial e as práticas de governança hegemônicas. Dessa forma, os movimentos sociais influem na transformação territorial que ocorre em zonas de conflitos. Eles não são simplesmente atores que fazem ruído, mas suas ações têm efeitos concretos sobre o desenvolvimento. (Bebbington, 2007:32)

Os movimentos sociais podem ser entendidos como processos de ação coletiva e difusa em termos espaciais e temporais, mas que se sustentam no tempo, apesar de serem difusos e apresentarem altos e baixos. Ainda que os atores envolvidos não compartilhem exatamente das mesmas visões, há um nível de sobreposição importante

entre suas visões e é isso que sustenta o movimento e lhe dá certa coerência (Bebbington, 2007:39)

Nesse sentido, um movimento social é uma forma de ação coletiva, mas não é um ator em si mesmo. É mais um processo sustentado por um conjunto de ações e atores, onde o que se prioriza é a ação motivada por um sentimento de injustiça e, portanto por uma visão da necessidade de se encontrar outra forma de organizar a sociedade e pensar o desenvolvimento (Escobar, apud Bebbington, 2007:39). Manter sobreposições de ideias e intenções através do tempo requer trabalho e negociação entre os atores e entre as organizações que sustentam os movimentos. Um desafio que lhes confere um caráter de fragilidade e que lhes é inerente.

De acordo com Gohn (2008:245) os movimentos sociais são “processos sociopolíticos e culturais da sociedade civil, num universo de forças sociais em conflito”. Segundo a autora, a ação de um grupo de pessoas tem que ser qualificada por uma série de parâmetros para ser considerada como um movimento social. O grupo deve estar constituído enquanto um coletivo social e ter uma identidade em comum. Ser negro, mulher, defender o seu território, não ter terra ou teto, são atributos que qualificam os componentes de um grupo e dão a eles objetivos comuns para a ação. Há uma realidade em comum, anterior à sua formação como grupo. As ações que vierem a ocorrer partem do substrato comum que possuem.

Outra característica sobre os movimentos sociais diz respeito à esfera onde ocorre a ação coletiva. Trata-se de um espaço não institucionalizado, que não pertence nem à esfera pública, nem à privada, gerando um campo político próprio aos movimentos sociais. É uma ação coletiva que acontece fora da esfera estabelecida pelas instituições. Porém, um movimento social deixará de ser movimento quando se institucionalizar, quando se tornar uma ONG, por exemplo, embora possa continuar a ser considerado como parte de um movimento mais amplo, no papel de uma organização social de apoio. (Gohn, 2008)

Os movimentos usualmente se articulam com outras forças institucionalizadas e a força social que poderão ter está diretamente relacionada com essas articulações. Eles se fortalecem ou enfraquecem de acordo com a dinâmica do conflito social, da busca do novo ou da reposição/conservação dos direitos instituídos. (Gohn, 2008)

Destacam-se dentre as características dos movimentos, as dimensões subjetivas da ação social. Elas dizem respeito ao sistema de valores dos grupos e vão muito além das questões das carências econômicas. São carências de outra ordem, morais. As ações que ocorrem nesse plano são de ordem subjetiva, expressas pelo sentimento e por ações de solidariedade. Essas dimensões são construídas ao longo de um processo histórico de luta, no qual a experiência grupal de compartilhamento de valores socialmente comuns é um fator fundamental. (Gohn, 2008)

Segundo Honneth (2003: 257)

a luta social é um processo prático no qual experiências individuais de desrespeito são interpretadas como experiências cruciais típicas de um grupo inteiro, de forma que elas podem influir, como motivos diretores da ação, na exigência coletiva por relações ampliadas de reconhecimento.

Nesse sentido, para o autor, as experiências de desrespeito elaboradas individualmente e vividas de forma desagregada, podem tornar-se os motivos morais de uma “luta coletiva por reconhecimento” (Honneth, 2003:259). Ele ressalta, ainda, que o engajamento individual na luta política restitui ao indivíduo um pouco de seu

autorrespeito perdido e, a solidariedade no interior do grupo político reforça a experiência de reconhecimento, propiciando uma espécie de estima mútua.

O princípio da solidariedade, portanto, tem um papel central como articulador dos diferentes atores envolvidos. É o princípio que costura as diferenças. Ele é construído pelo grupo durante a sua trajetória e tem como base um referencial de valores e ideologias compartilhados, em parte advindos dos usos e tradições. Vale ressaltar, contudo, que o fato de haver solidariedade internamente não significa que seja inerente aos movimentos um ambiente harmonioso ou homogêneo. Na verdade, o mais frequente é a existência de inúmeros conflitos e diferentes tendências internas. Porém, quando se expressam e atuam em público, criam um imaginário social de unicidade e homogeneidade. (Gohn, 2008)

Portanto, de acordo com as ideias até aqui expostas, pode-se supor que carência e luta por reconhecimento sejam motivos relevantes para a formação de movimentos sociais. Contudo, deve-se supor também que, isoladamente, eles não parecem ser motivos suficientes para iniciar o processo de organização dos grupos sociais. Honneth (2003:261) afirma que “permanece uma questão empírica saber até que ponto um conflito social segue a lógica da persecução de interesses ou a lógica da formação da reação moral”. Para o autor, essas lógicas devem ser consideradas complementares, não podendo um modelo substituir o outro.

Nas palavras de Gohn (2008:250)

as carências têm de se traduzir em demandas, que por sua vez poderão se transformar em reivindicações, por meio de uma ação coletiva. O conjunto: carência, legitimidade da demanda, poder político das bases, cenário conjuntural e cultura política do grupo, resultará na força social de um movimento, gerando o campo de forças dos Movimentos sociais.

Os movimentos sociais, portanto, são fenômenos históricos decorrentes de lutas sociais e enquanto a humanidade não resolver seus problemas básicos de desigualdades sociais, opressão e exclusão haverá lutas, haverá movimentos. (Gohn, 2008)

3. Os movimentos sociais e a luta pela “desmercantilização” da natureza

De acordo com Harvey (2005:123), “a transformação em mercadoria de formas culturais, históricas e da criatividade intelectual envolve espoliações em larga escala”. A crescente destruição dos recursos ambientais globais (terra, ar, água) e, por consequência, a extensa degradação de habitats em todo o planeta, resultaram na “mercadificação” por atacado da natureza em todas as suas formas.

As corporativizações e privatizações de bens até então públicos, como a da água, indicam a “expropriação das terras comuns” e, com frequência, o Estado dispõe de seu poder para impor esses processos, mesmo contrariando a vontade popular. A regressão dos estatutos regulatórios destinados a proteger o trabalho e o ambiente da degradação, que tem ocorrido em diferentes países, é a prova da conivência do Estado com o capital financeiro e tem resultado na perda de importantes direitos anteriormente conquistados por aquelas sociedades. (Harvey, 2005:123)

O capitalismo internaliza práticas tanto canibais como predatórias e fraudulentas. Mas como observa Luxemburgo (1968 apud Harvey, 2005:124), “é preciso esforço para discernir nesse emaranhado de violência política e lutas pelo poder as leis férreas do processo econômico”. A acumulação por espoliação pode ocorrer de uma variedade de maneiras, havendo em seu modus operandi muitos aspectos fortuitos e causais.

Para que as assimetrias das relações de troca possam funcionar em favor dos detentores do capital, o Estado costuma empregar seu poder hegemônico, garantindo assim, os arranjos institucionais internacionais e externos necessários para que isso ocorra. De acordo com o autor

o livre mercado e os mercados de capital abertos tornaram-se o meio primário de criar vantagem para os poderes monopolistas com sede nos países capitalistas avançados que já dominam o comércio, a produção, os serviços e as finanças do mundo capitalista. (Harvey, 2005:147)

Forçar a abertura de mercados em todo o mundo, mediante pressões institucionais exercidas por meio do FMI e da OMC, apoiados pelo poder dos Estados Unidos (e, em menor grau, pela Europa) tem sido a forma prioritária da acumulação por espoliação, segundo Harvey (2005).

Nesse movimento de acumulação, o Estado neoliberal expropriou as propriedades coletivas, privatizou e instaurou uma estrutura de mercados abertos tanto de mercadorias como de capitais. A partir de 1970, a acumulação por espoliação passou a ser um aspecto maior da lógica capitalista. A liberação de ativos de baixo custo ofereceu vastos campos para a absorção de capitais excedentes e proporcionou recursos para impor os custos da desvalorização dos capitais excedentes aos territórios e populações mais fracos e vulneráveis. (Harvey, 2005)

Segundo Camelyl (2010), a extrema disparidade entre ricos e pobres no mundo é o reflexo da política de dominação e saque efetuado pelos países imperialistas. Dados do relatório da ONU (2006) mostram que mais de metade da riqueza mundial está nas mãos de apenas 2% dos adultos do planeta, enquanto os 50% mais pobres têm apenas 1%. A riqueza está distribuída de forma extremamente desigual, incluindo a sua distribuição geográfica: 90% do total da riqueza estão concentrados na América do Norte, na Europa e nos países de alta renda da Ásia e do Pacífico. O aumento da concentração da riqueza nas mãos de tão poucos, aumentou enormemente nos últimos cinquenta anos. Atualmente o patrimônio per capita no Japão é de US\$ 181 mil, nos EUA de US\$ 144 mil, enquanto no Congo e na Etiópia é de menos de US\$ 200.

Harvey (2005:153) chama atenção para a atuação do Estado como “principal agente da política de acumulação por espoliação” ação que provocou como resposta, a formação de um movimento político de resistência, que recorreu às instituições da sociedade civil para transformar a lógica territorial do poder. Os movimentos de protesto que surgiram em todo o mundo foram, em sua maioria, impiedosamente combatidos e, muitas vezes, suprimidos pelos poderes do Estado.

(...) uma coisa é certa: no mercado global, o capital *precisa* do Estado. Precisa dele para manter as condições de acumulação e de competitividade em várias formas, incluindo subsídios diretos e operações de resgate financiadas pelos contribuintes (México, os Tigres Asiáticos). Precisa do Estado para preservar a disciplina no trabalho e a ordem social diante da austeridade e da “flexibilidade” e para acrescentar a mobilidade de capital, ao mesmo tempo em que bloqueia a mobilidade dos trabalhadores. (...) o Estado-nação é o *principal agente* da globalização. (Wood, 2005:110) (grifos da autora)

Wood (2005:114) considera a globalização como fruto de processos capitalistas historicamente específicos, baseados na exploração de seres humanos e de recursos naturais, que ocorrem com a ajuda e a colaboração direta entre Estado e capital. A autora afirma que, “para mascarar e mistificar essa conivência cada vez mais direta e

óbvia”, são necessárias poderosas armas ideológicas entre as quais se destaca o conceito de globalização, que desempenha um papel central na ideologia capitalista.

Verifica-se hoje, com a globalização, que as batalhas em torno da espoliação são travadas nas diferentes escalas: locais, regionais e globais, indicando que o domínio do aparelho de Estado – objetivo maior do socialismo e comunismo tradicionais – não tem mais a mesma relevância do passado. Segundo Harvey (2005), os objetivos das lutas são difusos porque a acumulação por espoliação assume formas difusas e fragmentárias como a destruição de habitats, a privatização de serviços públicos, as expulsões da terra, a biopirataria, cada uma com sua dinâmica própria.

As lutas são organizadas no âmbito da sociedade civil, de acordo com as possibilidades existentes nos movimentos sociais. Com isso, “o campo da luta anticapitalista, antiimperialista e antiglobalização foi reconfigurado, tendo-se acionado uma dinâmica política totalmente diferente”. (Harvey, 2005:142)

Independentes de sindicatos e de partidos políticos, e sem ter como objetivo principal a tomada do poder do Estado, os movimentos de oposição procuraram formas autônomas de organização social, orientadas, principalmente, para a melhoria de suas condições de existência. O que, segundo o autor, resultou em:

um fermento de movimentos sociais locais, dispersos e profundamente distintos entre si que lutavam fosse para enfrentar fosse para adiar a instalação de práticas neoliberais imperialistas, orquestradas pelo capital financeiro e pelos Estados neoliberais. (Harvey, 2005:154)

Em um cenário tão inóspito, Leher (2005:30) aponta a necessidade dos movimentos sociais ousarem na luta pela “desmercantilização das diversas esferas da vida (educação, saúde, recursos naturais...)”, estratégia imprescindível, segundo o autor, para que se construa uma sociedade emancipada e igualitária. Para tanto, os movimentos enfrentam o desafio de “compatibilizar dimensões extraordinariamente difíceis”, como as ações defensivas frente ao FMI, Banco Mundial e Organização Mundial do Comércio, com as demandas e as necessidades imediatas do presente, sem, contudo, cair no “presentismo”.

Loureiro (2003:101) ressalta a inegável função democratizadora dos movimentos sociais no mundo. Segundo o autor eles “constituem o processo de materialização e resposta concreta a uma crise civilizacional que se mostra crescente e que traz em seu interior uma sensação de impotência e de desmobilização”.

4. Subalternidade no contexto do capitalismo

A história do capitalismo tem sido uma história de exclusão e marginalização de populações. Uma “exclusão integrativa”, de acordo com Martins (1989:100), que cria reservas de mão de obra, mercados temporários ou parciais. Esse contingente de mão de trabalhadores desempregados gera uma “clandestinização” do trabalho ou sua semilegalização. Essa lógica recria, continuamente, relações sociais arcaicas concomitantemente à criação de relações sociais de caráter mais moderno.

Para Martins (1989), a categoria de subalternos é mais intensa e expressiva do que a simples categoria de trabalhador. Essa noção, de acordo com as ideias de Gramsci, retrata a diversidade das situações de subalternidade e suas respectivas riquezas histórica, cultural e política. Traz à luz as diversas concepções e pontos de vistas presentes no interior das diferentes classes e grupos subalternos. A subalternidade expressa não apenas a exploração, mas também a dominação e a exclusão econômica e política.

O subalterno não é uma condição, figura que o desenvolvimento capitalista

supostamente extinguiria com o correr do tempo. Para Martins (1989:100) estaríamos diante de um processo “que se atualiza e subalterniza grupos crescentes, nos países pobres, nas regiões pobres dos países ricos, mas também nos espaços ricos dos países pobres”. O autor chama atenção para o fato de que o negro e a mulher continuam subalternizados em muitas partes do mundo e que há novos subalternos surgindo desse processo.

A subalternidade surge quando há privação do conhecimento sobre a complexidade das situações vividas e do processo histórico percorrido pelos grupos sociais e classes desfavorecidas no processo de produção capitalista, ela é um componente da pobreza. “O capital não os priva apenas de mercadorias, reduzindo-os a consumidores marginais, mas também do conhecimento e do saber adequados à compreensão e à explicação do capitalismo”. (Martins, 1989:106)

Há que se considerar a diversificação das classes subalternas, para compreender as suas lutas e as suas possibilidades históricas, trazendo à luz seus dilemas e fragilidades. Diante de realidades e demandas diversificadas, cada classe subalterna ou grupo social, consegue desvendar apenas um aspecto do processo do capital, que é complexo e de dimensão global:

cada forma de relacionamento do trabalhador com o capital propõe e revela outros aspectos fundamentais do caráter desumanizador dessa relação. Há coisas que um camponês que está sendo expropriado pode ver e que um operário não vê. E vice-versa. Nos grupos com identidade histórica mais definida, como é o caso dos grupos étnicos de diferentes regiões, há outras perdas que se tornam visíveis, relativas a uma certa concepção do humano, que não se põem para um operário. (Martins, 1989:108)

Segundo Mézaros (2008:74) existe uma deficiência estrutural no sistema capitalista “que opera através dos seus círculos viciosos de desperdício e de escassez”. Para o autor, apenas por meio da intervenção efetiva na educação é que se conseguirá romper esse círculo vicioso e a saída, por ele proposta, para esse impasse estaria no estabelecimento de prioridades e na definição das reais necessidades, “mediante plena e livre deliberação dos indivíduos envolvidos”. Caso contrário,

a escassez pode ser – e será – reproduzida numa escala sempre crescente, em conjunto com uma geração de necessidades artificiais, absolutamente devastadora, como tem ocorrido atualmente, a serviço da insanamente orientada auto-expansão do capital e de uma contraproducente acumulação. (Mézaros, 2008:74)

Leher (2005:10) destaca a importância e a necessária utilização de uma pedagogia libertária para que ocorra um trabalho político de formação que seja, ao mesmo tempo, “uma autopedagogia capaz de unir teoria e prática e de levar adiante a reforma intelectual e moral em diálogo com a classe que vive do próprio trabalho”. Segundo o autor: “a transformação cultural deve minar as trincheiras e casamatas em que se abrigam os dominantes e o Estado. E esse processo somente pode pulsar nas lutas do povo”.

Seguindo a mesma linha de raciocínio, Martins (1989:120) chama atenção para o fato de que “os estudos de fundo iluminista, que não expressam o ponto de vista das próprias classes subalternas, têm impedido que seja estudado o seu dinamismo, seu movimento”. Para ele, o desafio de se decifrar o real sentido das lutas e do projeto das classes subalternas só poderá ser alcançado, quando os pesquisadores conseguirem lidar com o código de mudança social embutido na sua orientação cognitiva.

5. Mediação, movimentos sociais e emancipação

Segundo Neves (2008:23), o termo mediação implica reconhecer “os significados coletivamente produzidos e intercomunicados”, realçando as condições de interconexão entre diferentes segmentos, contribuindo, assim, para a reordenação e transformação da vida social. A mediação torna viáveis as condições de representação política.

A mediação voltada para o desenvolvimento social pressupõe a interligação de mundos diferenciados por saberes especializados. Mundos que para serem interligados, dependem de múltiplas formas de mediação, voltadas para a elaboração de “equivalências fundamentais à produção de determinados consensos e códigos comuns, constituidores do espaço social da mediação”. Ao interligar partes que se tocam, mas que não perdem sua especificidade, o exercício da mediação realizado pelos agentes de desenvolvimento “pressupõe e reproduz, concomitantemente, a construção de identidades e de distanciamentos sociais”. (Neves, 2008:35)

A prática dos mediadores baseia-se no pressuposto de que “toda mudança social se objetiva por um trabalho educativo”, o que os transforma em “portadores da função pedagógica destinada a mudar comportamentos e visões de mundo”. Contudo, os resultados das políticas de desenvolvimento aplicadas variam, em cada caso, de acordo como são implementadas. Dependem dos empenhos dos mediadores e da mobilização dos mediados para a transformação do sonho em possibilidade. (Neves, 2008: 35-36)

Neves (2008) ressalta, porém, que, mesmo que os mediados estejam engajados nos processos de mudanças propostos pelos mediadores, “eles não devem ser considerados sob a metáfora da esponja na água”. De acordo com a autora,

os engajamentos são devedores da construção, difusão e internalização de sistemas de crenças, elaborados coletivamente, destinados a legitimar os deslocamentos de posições, defendidos como capazes de colocar sob reflexão, um modo de constituição e de representação das diferenças a serem perseguidas ou projetadas. (Neves, 2008:36)

Técnicos, vinculados ao Estado ou a ONGs responsáveis pela mediação e, por conseguinte, pelos processos de intervenção social e de definição de políticas públicas, afiliam-se a outros sistemas de crenças, fundamentados nos saberes disciplinares que cada um é portador, diversos dos sistemas de valores dos grupos mediados. Isso gera um fator dificultador, complexificando a ação pedagógica que se pretende desenvolver.

Portanto, as relações entre mediadores e mediados são construídas em um contexto onde conflitos e tensões são problemas estruturantes das práticas de ambos agentes. Nesse sentido, ocorrem “desdobramentos inesperados e múltiplas formas de reapropriação de objetivos e intenções, demonstrando que atos de mediação também são procedimentos para transformação”. (Neves, 2008:38)

Existe uma ação recíproca entre mediadores e mediados e é a partir da compreensão dessa relação que se pode apreender o conjunto das forças sociais em jogo, isto é, “colocar o ator na história, para se interrogar sobre a produção das situações históricas”. (Neves, 2008:39)

Para Martins (1989:132) a impotência política das classes subalternas é tanto um produto de insuficiências teóricas das próprias classes, quanto produto de uma crise do conhecimento que lida com elas. “Crise que decorre das raízes sociais e da perspectiva de classe que comprometem esse conhecimento com pressupostos iluministas”.

Portanto, para o autor a crise atual não é a crise dos grupos subalternos, mas dos grupos de mediação, daqueles que apoiam intelectualmente as lutas populares. Martins

(1989:135) acredita que os mediadores não conseguiram produzir uma teoria da prática popular. E, dessa maneira, não existiria um projeto político congruente com essa prática, nem propostas de mediações adequadas a ela. “É antes uma crise da classe média e de suas intelectualidades”.

Contudo, Martins (1989:136) aponta o fato de que a produção teórica também tem sido trabalhada por outra via, a da pesquisa participante. Segundo o autor, essa modalidade de investigação da ação defronta-se, porém, com a mesma dificuldade de produzir uma teoria da nova prática mediada pelos movimentos sociais contra a orientação teórica dominante. Em sua opinião, “a pesquisa participante leva a um autoconhecimento que é limitado pelo fato de que esse saber é o da própria ação”.

De todo modo, o autor reconhece que aquela modalidade de pesquisa, proporcionou importantes avanços justamente por incorporar ao conhecimento sociológico, a interpretação do social produzida pelos sujeitos da pesquisa. Contudo, esse conhecimento, na maioria das vezes, não é suficiente para descortinar o que está oculto.

Segundo Martins (1989:136),

o subalterno não tem como conhecer-se nesse conhecimento, ao menos além da descoberta do “nós”, mas um “nós” parcial. É um conhecimento que apenas supre a falta de um saber que dê conta da perspectiva e do ponto de vista do próprio subalterno.

Quando isso acontece, corre-se o risco de a pesquisa não instituir a almejada relação sujeito-sujeito, ou pior, dela se instituir falsamente, criando-se a ilusão de superação da relação sujeito-objeto. É importante que os pesquisadores estejam muito atentos e promovam a superação da “barreira do visível para que se possa ver o oculto, para que o sujeito possa vencer a condição de objeto” (Martins, 1989:136). Quando isso ocorre, os envolvidos passam a reconhecer sua dupla condição de sujeito e de objeto, não só a deles, mas a de todos.

Muitas pesquisas participantes não são de iniciativa das classes subalternas, mas de grupos e organizações de intervenção social, que em sua maioria, defendem a emancipação dos subalternos. Martins (1989:137) chama atenção para o risco de que tais iniciativas podem reproduzir, sob uma nova roupagem, “dolorosas situações de dominação, tutela, mistificação, em que o subalterno, mais uma vez, não se reconhece em sua obra, não investiga para si, mas é usado para investigar-se para os outros”.

O autoconhecimento do sujeito não basta para que ele se torne sujeito do conhecimento. Enquanto a alienação de sua atividade permanecer, ele continuará na condição de objeto, divorciado de si mesmo e ele só sairá da condição de objeto quando sua condição de subalterno for desvendada para ele e com ele. Porém, emancipar o outro da condição de objeto, implica primeiro na emancipação dos intelectuais da sua própria condição de tutor do conhecimento. Isso ocorre quando o intelectual é capaz de se converter em objeto do subalterno, descer de seu pedestal e

considerar como premissa o pensamento radical e simples da classe explorada, meio e instrumento para desvendar o lado oculto das relações sociais com os olhos dele, revelando-lhe aquilo que ele enxerga, mas não vê, completando com ele, a produção do conhecimento crítico que nasce da revelação do subalterno como sujeito, abrindo a possibilidade de resgatar o pleno sentido do conhecimento alternativo que ele representa e propõe na sua prática. (Martins, 1989:137)

6. Movimentos sociais: possibilidade real de mudança?

Segundo Martins (1989:127) há um saber construído e acumulado ao longo da história “que classificou e separou o justo do injusto, o certo do errado, o bem do mal, o nosso do deles, o oprimido do opressor”, saber que se renova e se aprofunda nesse “desencontro da sociedade moderna”. São essas dicotomias que geram e aprofundam os conflitos sociais, alimentam a luta de classes subalternas contra seus opressores econômicos e políticos. Para o autor, é justamente onde a memória coletiva é maior e mais viva, onde o próprio capitalismo se faz presente nas escalas mais simples de mercantilização das relações sociais, que a luta social surge e é mais acirrada.

As valorações morais e o questionamento das relações realizado pelos grupos e classes subalternas põem em questão não só a exploração, mas também as diferentes formas de poder vivido, cotidianamente, pelos diferentes grupos e pessoas. Assim, as injustiças e opressões cotidianas são a base da formulação crítica sobre a realidade e do desencadeamento dos movimentos sociais, porque são vistas como expressões da acumulação e da dominação. “Portanto, entram no âmbito do julgamento crítico não só a forma de exploração, mas a própria riqueza, não só a forma de dominação, mas o próprio poder”. (Martins, 1989:130)

Muitos desses movimentos, como o MST, que interage com cerca de 1,5 mil escolas em seus assentamentos e acampamentos, estão tomando em suas mãos a educação e a formação de seus dirigentes, com critérios pedagógicos próprios. No equador os povos indígenas criaram a Universidade Intercultural dos Povos e Nacionalidades Indígenas, que dialoga com as quase 3 mil escolas dirigidas por índios. São marcas desses movimentos ainda a preocupação com a (auto) organização do trabalho e a relação com a natureza (daí as lutas contra a biopirataria, os recursos naturais, a terra, a água e a energia) e novas formas de se fazerem visíveis (cobrirem os rostos para serem vistos). (Leher, 2005: 28)

Diante desse contexto, os movimentos sociais e as organizações populares vêm sendo considerados por diferentes cientistas sociais e educadores como os principais representantes das novas forças sociais que questionam a ordem e o saber. Esses autores têm defendido que os movimentos sociais contêm em si, a possibilidade de uma ordem política alternativa, uma outra concepção de democracia – a participativa - e de legitimidade. Não são mais os partidos políticos de esquerda que constituem o desafio maior à estabilidade política e à ordem instituída do Estado. O risco desarticulador vem dos movimentos sociais:

Hoje, a luta das classes subalternas e os objetivos dos movimentos sociais já não são, reconhecidamente, lutas pelo poder, mas lutas contra o poder, particularmente o configurado no Estado, as formas coercitivas de encaminhamento do protesto popular. (Martins, 1989:130)

Em diversos territórios do planeta, pessoas de diferentes classes e grupos têm se organizado nos movimentos sociais para buscar soluções para as questões que as afligem. Talvez estejamos diante de uma nova ordem política, questionadora da ordem centrada no Estado, uma nova ordem baseada na democracia direta e participativa. Projeto implícito e alternativo, que tanto se manifesta nos países desenvolvidos quanto nos países do 3º mundo. (Martins, 1989)

(...) Está claro que a questão das autonomias é parte do novo a construir, assim, é preciso valorizar as formas comunitárias que, desde o presente, estão empenhadas na afirmação anticapitalista. A natureza e o caráter desse outro poder estão em aberto. A trincheira

das políticas públicas sob controle popular segue como uma tarefa imediata a ser efetivada pelos protagonistas concretos. Novas ideias precisam ser produzidas nas jornadas de lutas. Mas com toda polissemia, para alterar a correlação de forças será preciso ações massivas, não da etérea multidão, mas dos que vivem do próprio trabalho. (Leher, 2005:32)

Contudo, Loureiro (2003:101) chama atenção para o fato de que os movimentos sociais não devem perder de vista a relevância do aparato institucional do Estado “como instância normatizadora da vida nacional e promotora dos direitos universais”. O autor adverte que a ênfase colocada nas funções desempenhadas pelas organizações da sociedade civil e o reconhecimento do papel fundamental dessas organizações para a formação de uma cultura cidadã não pode ser confundida com uma luta contra o Estado, mas sim uma luta relacionada à sua democratização e “à construção de alternativas socioeconômicas, políticas e culturais, no plano nacional e internacional”.

Em uma situação de resistência política, a mediação voltada para a transformação social deve-se valer de uma abordagem pedagógica “contextualizadora, complexa e crítica”, que contribua para a articulação das forças sociais que lutam por um mundo melhor. Ao aproximar agendas afins, os mediadores podem potencializar alianças entre os sujeitos dos diferentes movimentos sociais, que buscam reverter o quadro de desigualdade, exclusão social e concentração de renda. (Layrargues, 2009:27)

Segundo Mézaros (2008), a tarefa educacional inscreve-se como uma tarefa de transformação social, ampla e emancipadora:

A transformação social emancipadora radical requerida é inconcebível sem uma concreta e ativa contribuição da educação no seu sentido amplo. (...) Ou ambas têm êxito e se sustentam, ou fracassam juntas. (Mézaros, 2008:76-77)

Os processos educativos, portanto, enquanto ações de mediação no âmbito dos movimentos sociais devem contribuir para que os mediados desvelem a realidade vivida, em todos os seus aspectos, incluindo as contradições, as causas da desigualdade, da vulnerabilidade socioambiental e dos riscos a que estão sendo submetidos. Proporcionando, assim, a instrumentalização dos grupos sociais envolvidos nos processos educativos, tornando-os aptos a defender seus direitos e interesses, motivando-os a reagir e a participar “como sujeitos políticos” dos espaços públicos de decisão. (Layrargues, 2009:28)

7. Educação ambiental e participação na gestão ambiental pública

Nesse cenário de lutas, resistências e tentativa de democratização política é evidente o papel estratégico que os processos educativos possuem, desde que pautados em metodologias participativas, que visam a emancipação dos sujeitos em situação de subalternidade. Porém, como os processos educativos serão capazes de promover a participação e o controle social em um contexto de tamanha desigualdade social, onde os custos e benefícios advindos das ações do Poder Público são distribuídos assimetricamente? Que concepção de Educação Ambiental deveria ser assumida para tornar viável a intervenção qualificada desses grupos sociais historicamente excluídos das decisões que afetam suas vidas? (Quintas, 2009)

A resposta vem do próprio autor que afirma que

(...) neste contexto, o esforço da educação ambiental deveria ser direcionado para a compreensão e busca da superação das causas estruturais da crise ambiental, sempre partindo de situações

concretas, por meio da ação coletiva e organizada. (Quintas, 2009:46)

Para Quintas (2009: 47) “o processo educativo, deve pautar-se por uma postura dialógica, problematizadora e comprometida com transformações estruturais da sociedade, de cunho emancipatório”. Esta proposta baseia-se no princípio de que, ao participar do processo coletivo de transformação da sociedade, os indivíduos também estarão se transformando.

Seguindo a mesma linha de pensamento de Layrargues (2009) e Martins (1989), Quintas (2009:59) defende que a educação ambiental,

ao desvelar com sujeitos envolvidos na prática educativa, o processo de ordenamento da apropriação social dos bens ambientais na sociedade, está explicitando as contradições de uma ordem social, criada para servir a poucos e que se fundamenta na injustiça, na desigualdade social e no uso intensivo e predatório dos recursos naturais.

Portanto, o autor defende que o desenvolvimento da educação ambiental voltada para a transformação social necessita de três níveis de concepção: a pedagógica, responsável por fundamentar a construção do processo educativo, a epistemológica voltada para a superação da “leitura fragmentada do concreto”, e a concepção metodológica, capaz de mediar a “articulação entre o conhecer e o agir”, numa perspectiva de estimular o protagonismo dos sujeitos da ação educativa. (Quintas, 2009:59-60)

Tal concepção de EA, proposta pelo autor, busca uma intervenção qualificada, coletiva e organizada, de forma que o processo de ensino-aprendizagem seja organizado para que o ato pedagógico proporcione a construção coletiva do conhecimento sobre a realidade, “num processo dialético de ação-reflexão, ou seja, de exercício *da práxis*¹, *objetivando sua transformação*”. (Quintas, 2009:61) (grifos do autor)

Para Uema (2009:55) a democratização da sociedade passa, necessariamente, pela participação dos diferentes grupos sociais nas diferentes esferas de decisão, incluindo as esferas da gestão ambiental. No entanto, a autora, assim como Loureiro (2003), alerta para o fato de que a participação dos cidadãos não substitui a presença do Estado, pois, na prática, quando esta visão predomina, o poder das elites é reforçado, “posto que numa sociedade como a brasileira, os mecanismos de intervenção disponíveis encontram, ao nível local, comportamentos e atitudes impregnadas de paternalismo, populismo, clientelismo e coronelismo”, os quais vêm sendo historicamente utilizados como substitutos das funções do Estado, reforçando assim, a desigualdade e a injustiça socioambiental no país.

De acordo com Quintas (2009:55) cabe ao Estado criar condições para transformar o espaço da gestão ambiental em espaço público, evitando assim, “que os consensos sejam construídos apenas entre atores sociais com grande visibilidade e influência na sociedade, à margem de outros”, que em sua maioria são os mais impactados negativamente pelas decisões do Poder Público.

Para promover a gestão ambiental pública, Quintas (2009:56) entende que o Estado deve desenvolver processos educativos com diferentes grupos sociais,

¹ Segundo Konder (1992:115-116 apud Quintas, 2009:61), a *práxis* é a atividade concreta, pela qual os sujeitos se afirmam no mundo, modificando a realidade objetiva e, para poderem alterá-la, transformando-se a si mesmos. É a ação que, para se aprofundar de maneira mais consequente, precisa de reflexão, do autoquestionamento, da teoria; é a teoria que remete à ação, que enfrenta o desafio de verificar seus acertos e desacertos, cotejando-os com a prática.

possibilitando que “a coletividade exerça o controle social dos processos de apropriação dos bens naturais na sociedade e, assim, cumpra o seu dever de defender e proteger o meio ambiente ecologicamente equilibrado”. Deste modo, o Poder Público estará atuando com a finalidade de

proporcionar condições para que os diferentes grupos sociais se capacitem a intervirem coletivamente, de modo organizado e qualificado, no ordenamento das práticas de apropriação social dos bens ambientais, que o Estado realiza e, também, a exigirem sua ação caso se omita. Portanto, assume-se uma concepção de Educação Ambiental que possibilita torná-la, elemento estruturante para transformação da prática, tradicionalmente cartorial, de aplicação dos instrumentos de comando e controle, para ordenar os processos de apropriação dos recursos ambientais na sociedade, em uma gestão ambiental pública e democrática. Deste modo, trata-se de colocar a educação ambiental a serviço do controle social da gestão ambiental pública no Brasil, tornando sua prática cada vez mais transparente. (Quintas, 2009:57)

Dessa forma, de acordo com Uema (2009:64-65) existe um grande desafio para a gestão ambiental pública² instituída no país, que é o de “caminhar para uma forma de democracia participativa na qual a sociedade exerça de fato o controle social sobre as políticas públicas”, considerando a relevância dos diferentes atores sociais nesse processo, tanto aqueles que representam a esfera estatal, quanto os da sociedade. A autora defende a necessidade de se manter a capacidade de regulação do uso e apropriação dos recursos ambientais pelo Estado, mas com a viabilização de “mecanismos de fiscalização desses processos por parte da sociedade, bem como os espaços de participação nas decisões de interesse coletivo”.

Porém, cabe aqui salientar os limites que estão postos à participação quando esta se coloca como concessão do Estado, ou provêm de seus agentes, pois, “esta terá os limites que a classe hegemônica lhe fixa”. Portanto, a prática dos técnicos nos aparelhos de Estado “não pode ter pretensões revolucionárias no que se refere à participação. Quando muito – e não é pouco – poderá facilitar às classes dominadas tornar presentes suas necessidades na correlação de forças (...)” (Pinto, 1986: 29 apud Uema, 2009:69)

Uema, (2009:77) toma emprestado a João Bosco Pinto uma das dimensões que ele atribui à participação, quando afirma que, na sociedade de classes em que vivemos, onde o Estado se configura como um espaço de disputas e interesses no qual uma classe ou fração dela detém a hegemonia, a participação pode vir a ser “*um meio necessário para o rompimento do controle hegemônico*”. Assim ela é entendida como “*método de aprendizagem da participação, como prática da participação*”. (grifos da autora)

8. Conclusão

Um primeiro ponto, que parece essencial para que os movimentos alcancem seus objetivos, é de que haja interação entre as suas lutas, articulando-se “ações e reivindicações de sindicatos, movimentos sociais e ambientalistas que atuam de forma fragmentada e isolada”. Sem essa articulação, a democratização da sociedade brasileira

² A Gestão Ambiental é entendida como processo de mediação de interesses e conflitos (potenciais ou explícitos) que se instituem entre atores sociais que agem sobre o meio físico-natural ou construído. Este processo de mediação define e redefine, constantemente, o modo como os diferentes atores sociais, por meio de suas práticas, alteram a qualidade do meio ambiente e também, como se distribuem na sociedade, os custos e benefícios decorrentes da ação desses agentes. (PRICEWATERHOUSE-GEOTÉCNICA, 1992). (Uema, 2009:65)

difícilmente ocorrerá. Lutas estanques e processos educativos isolados, dentro de cada movimento, nunca serão capazes de promover uma real participação voltada para o controle social e para a emancipação dos sujeitos. O grande desafio para os movimentos ambientalistas é articular a luta ambiental com a luta pela justiça social, e para os demais movimentos sociais, a necessidade de incorporar, à sua pauta, as questões ambientais. “A consciência de que a crise ambiental é também a crise do sistema, eleva o patamar dessas disputas”. (Uema, 2009:58)

Um segundo ponto a destacar diz respeito à relação entre participação e a ampliação dos espaços de poder na gestão pública. Um fator depende diretamente do outro e quando ambos são ampliados, proporcionam o controle social. É a partir desse ponto que os cidadãos passam a atuar como sujeitos políticos, envolvendo-se nos processos decisórios acerca das questões públicas que lhes dizem respeito. O controle social é necessário para que “as políticas públicas efetivamente se voltem ao atendimento das necessidades do coletivo, da melhoria da qualidade de vida da população, da melhoria das decisões que afetem essa qualidade”. (Uema, 2009:58)

Contudo, de acordo com Quintas (2009:55), há ainda a se considerar que as pessoas “não nascem participativas, como nascem respirando”. Ser participativo não é uma conduta social automática dos indivíduos. É algo que se aprende somente na prática e sob certas condições. No caso da gestão ambiental, ela está mais para estatal do que para pública, ou seja, ainda há uma grande distância do exercício do controle social sobre essa prática.

Atualmente, existem vários exemplos no país³, nos quais o espaço da gestão ambiental pública vem sendo utilizado para se desenvolver propostas educativas de caráter crítico e transformador, buscando promover experiências concretas no sentido de fortalecer grupos sociais, instrumentalizando-os para que aumentem o seu poder de participação nas decisões afetas à gestão ambiental de seus territórios. São programas e projetos desenvolvidos no âmbito do licenciamento ambiental federal e na gestão de Unidades de Conservação, voltados para a construção da cidadania política.

Esses processos educativos situam-se na vertente crítica da EA e envolvem sujeitos historicamente excluídos dos processos decisórios acerca de seus territórios e espaços de vida, buscando trazê-los para compor a cena da gestão ambiental pública.

Segundo Quintas (2009:47),

o modo como o educador aborda determinada temática, na realização do processo educativo, explicita a sua concepção de sociedade, o seu entendimento sobre a problemática ambiental e, conseqüentemente, a vertente da educação ambiental que está assumindo.

Nesse sentido, quando se toma consciência da complexidade que compõe a realidade socioambiental na qual se atua, tem-se a oportunidade de optar entre uma prática reformista ou transformadora. É nesse momento que os resultados do processo educativo começam a se delinear. Quando há um compromisso real com os grupos sociais em situação de desigualdade e vulnerabilidade socioambiental, o processo

³ Para maiores informações sobre esses projetos ver: <http://www.projetopolen.org>;
<http://encontrohumanomar.wordpress.com/sobre-o-licenciamento/>;
<http://www.administradores.com.br/informe-se/cotidiano/sebrae-e-petrobras-firmam-parceria-em-programa-de-educacao-ambiental/40998/>;
<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=51&idConteudo=10970>

educativo está, necessariamente, aliado à pauta de reivindicação dos movimentos sociais, e desenvolve com os sujeitos da ação educativa, o projeto político pedagógico que possibilita “transformar, transformando-se”. Caso contrário, a EA corre o risco de ser uma tentativa vazia, apenas camuflada de ideias libertárias, mas com uma essência conservadora, reprodutora do “status quo” de desigualdade e injustiça ambiental que ela tanto afirma querer transformar.

Referências Bibliográficas

BEBBINGTON, A. “Elementos para una ecología política de los movimientos sociales y el desarrollo territorial em zonas mineras”. In: *Minería, movimientos sociales y respuestas campesinas. Una ecología política de transformaciones territoriales*. Lima: IEP: CEPES, 2007. pp: 23-46.

CAMELYL, N.C. “Haíiti: holocaustos coloniais e capitalismo da piedade”. Rio Branco: Universidade Federal do Acre - Centro de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas, 2010, Mimeo. 10 p.

GOHN, M. da G. *Teorias dos Movimentos Sociais. Paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 2008. 383 p.

HARVEY, D. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2005. 201p.

HONNETH, A. “Desrespeito e resistência: a lógica moral dos conflitos sociais” In: *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo: Editora 34, 2003. pp: 253 – 268.

LAYRARGUES, P.P. “Educação ambiental com compromisso social: o desafio da superação das desigualdades”. In: Carlos Frederico Bernardo Loureiro, Philippe Pomier Layrargues, Ronaldo Souza de Castro (Orgs.), *Repensar a educação ambiental: um olhar crítico*. São Paulo: Cortez, 2009. pp: 11-32.

LEHER, R. “Resgatar a tradição crítica para construir práticas necessariamente renovadas”. Apresentação. In: Roberto Leher e Mariana Setúbal (Orgs.). *Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis*. São Paulo: Cortez, 2005. pp: 7 -32.

LOUREIRO, C.F.B. *O movimento ambientalista e o pensamento crítico: uma abordagem política*. Rio de Janeiro: Quartet, 2003. 160p.

MARTINS, J. de S. “Dilemas sobre as classes subalternas na idade da razão”. In *Caminhada no Chão da Noite*. São Paulo: Hucitec, 1989. pp: 97-137.

MÉSZAROS, I. *Educação para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2008. 124p.

NEVES, D. P. “Mediação social e mediadores políticos”. In: *Desenvolvimento social e mediadores políticos*. Porto Alegre: Editora da UFRGS: Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008. pp: 21 – 44.

PORTO-GONÇALVES, C.W. Possibilidades e limites da ciência e da técnica diante da questão ambiental. In: Seminários Universidade e Meio Ambiente – Documentos Básicos. Brasília: Ibama, 1990.

SLATER, D. “Repensando as espacialidades dos movimentos sociais”. In Sonia Alvarez, Evelina Dagnino e Arturo Escobar (Orgs.) *Cultura e Política nos Movimentos Sociais Latino-Americanos – Novas leituras*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 200. pp: 503 – 533.

QUINTAS, J.S. “Educação no processo de gestão ambiental pública: a construção do ato pedagógico. In: Carlos Frederico Bernardo Loureiro, Philippe Pomier Layrargues, Ronaldo Souza de Castro (Orgs.) *Repensar a educação ambiental: um olhar crítico*. São Paulo: Cortez, 2009. pp: 33-80.

UEMA, E.E. “Controle social, saber perito e participação”. In: Carlos Frederico Bernardo Loureiro (Org.). *Educação ambiental no contexto das medidas mitigadoras e compensatórias de impactos ambientais: a perspectiva do licenciamento*. Salvador: IMA \ Secretaria do Meio Ambiente, 2009. pp: 49 -80.

WOOD, E. M. “Trabalho, classe e Estado no capitalismo global”. In: Roberto Leher e Mariana Setúbal (Orgs.). *Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis*. São Paulo: Cortez, 2005. pp: 96 -115.